

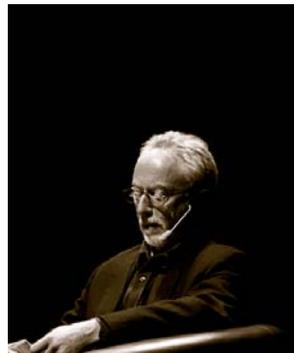
Áfricas invisíveis e os seus “descobrimientos”

Adis Abeba, Agosto de 2009, sede da UA (União Africana). O Conselho de Ministros, reunido na capital etíope, exige que o mundo desenvolvido recompense o continente com uma verba de 47 mil milhões de euros a partir do ano de 2020. Motivo: os prejuízos decorrentes das alterações climáticas que afectarão a maioria dos países do continente, calculados em 90% da factura total da dimensão dos estragos previstos. África antecipa-se, percebe que é uma espécie de terceira excluída no cálculo e nos compromissos pós-Quioto, pragmaticamente apresenta o seu “número” no jogo complexo do mercado das emissões de carbono. Na luta entre elefantes, para citar um provérbio, sabe que será o capim e, à boa maneira dos gestos defensivos automáticos, tenta prevenir-se. Mas não só de atitudes reactivas se vive no continente “misterioso”, passe o chavão eurocentrista.

A Carta da União Africana é uma refundação da antiga OUA, Organização de Unidade Africana, fundada na década das independências, os anos 60. É certo que o Gana proclamara-a em 1958, com um Kwame N’Krumah visionário – “África deve unir-se”, título do seu famoso livro –, e um *corpus* ideológico mais ou menos revolucionário, numa síntese de marxismos, socialismos ditos africanos e uma óbvia suspeição de manobras neocoloniais. Princípio acordado e inviolável: o respeito pelas fronteiras herdadas da presença europeia. Por essa altura, René Dumond, agrónomo francês, escreveria o seu polémico quase-manifesto “África Começa Mal”, mas poucos lhe deram ouvidos.

Das vicissitudes destes Estados, herdeiros de um conceito de Estado-nação, qualquer que fosse a sua organização política interna, federal ou não; das antinomias erguidas como paradigmas – tradição *versus* modernidade –; dos desenvolvimentismos experimentais, com muitos deles a esconderem a mão subterrânea dos interesses das ex-metrópoles; da incapacidade de passarem de uma estrutura de renda à criação de produtos com valor acrescentado; de uma ajuda ao

NOBEL DA LITERATURA (esq. para a dir.): WOLE SOYINKA, NADINE GORDIMER, DEREK WALCOTT E J. M. COETZEE



Fotografias (esq. para a dir.): Festival Internacional de Poesia: <http://www.festivaldepoesiadegradanada.com/prensa/imagenes%20alta/wolesoyinka.jpg>
NYC Photo: http://nycphoto.interactivenyc.com/archives/photos/2007/nadine_gordimer.jpg
Leuciana Festival: http://www.comune.caserta.it/leuciana/foto/Leuciana%202005/derek_walcott.jpg
Auckland Writers & Readers Festival: [http://www.writersfestival.co.nz/Portals/0/images/Gallery/DSCF8118%20\(Medium\).jpg](http://www.writersfestival.co.nz/Portals/0/images/Gallery/DSCF8118%20(Medium).jpg)

desenvolvimento que se prolonga até hoje com perigosos mecanismos de reprodução de múltiplas dependências; amplo e não muito auspicioso é o balanço destas cinco décadas. A que cresce, ou disso decorre, o “mau comportamento” de muitas das elites políticas dos novos países e as muitas armadilhas da chamada Guerra Fria. Como frase para reflexão fica o desabafo denúncia do primeiro presidente queniano: “Quando os europeus chegaram nós tínhamos a terra e eles tinham a Bíblia; a seguir, eles ficaram com a terra e nós com a Bíblia”.

Do movimento “mau mau”, no país de Jomo Kenyatta, ao socialismo “Ujamaa” de Julius Nyerere, na Tanzânia; da “gloriosa” recusa de Sékou Touré em aceitar o abraço francês, logo defraudada pelo percurso ditatorial do seu regime, à “autenticidade” de um Mobutu marioneta de todo os interesses e predador-mor dos recursos do seu país, ao messianismo revolucionário e afirmação de dignidade de figuras como Patrice Lumumba ou, mais tarde, Marien N’Gouabi (Congo Brazzaville) e Thomas Sankara (Burkina Fasso), todos assassinados pelos seus opositores; da dimensão cultural e universal de personalidades como Senghor (Senegal), poeta e presidente, a promover Dacar como capital das culturas negro-africanas, indígenas ou da diáspora, os ventos africanos tentaram soprar de feição, ao menos na assunção de alguns dos pressupostos, de um renascimento proclamado desde o início do século XX e de uma “entrada” na História – História-Mundo – a

que o continente pertencia e que sempre lhe fora negada.

Renascimento negro e diáspora

Bill T. Jones, proeminente coreógrafo e bailarino afro-americano; Martin Luther King, que dispensa apresentações e cujo contributo para a assunção dos direitos civis nos Estados Unidos, antecipa o “facto” Obama; William du Bois, lá mais para trás, um dos ideólogos do pan-africanismo, mas também Marcus Garvey ou, literalmente, as vozes de um Paul Robeson e Mariane Anderson; o renascimento negro de que falavam poetas como Langston Hughes (Harlem, Nova Iorque, década de 20 do século passado); Aimé Césaire, Léon Damas, Léopold Sédar Senghor, Cheik Anta Diop, nomes proeminentes da cultura e da política no chamado “mundo francófono” que vai inventar a negritude, numa simbiose onde personalidades da diáspora e “originais” do continente se unem num projecto comum, de matriz político-identitária que alicerçará a criação, em 1963, da OUA (Organização de Unidade Africana); a Dokumenta de Kassel, na Alemanha, em 2002, tendo como seu director artístico o poeta e crítico nigeriano Okwui Enwezor; o senegalês M’Bow, antigo director-geral da UNESCO e grande patrocinador da História Geral de África, com coordenação geral de Joseph Ki-Zerbo; os Nobel da Literatura Wole Soyinka (Nigéria), Nadine Gordimer e J. M. Coetzee (África do Sul) e Derek Walcott, Caraíbas, os Nobel da Paz Albert Luthuli, Nelson

Mandela, F. De Klerk e Desmond Tutu, sintomaticamente todos sul-africanos; eis uma lista algo aleatória da projecção de África, das várias Africas e do que se reconstituiu noutros espaços geográficos (sobretudo nas Américas), interrompida que estava a “Rota dos Escravos”.

Nada mau para um continente marcado a ferrete pela gesta, melhor, pela delinquência colonial. Na sua “Filosofia da História” Hegel tece interessantes considerações sobre o vasto continente. O grande filósofo alemão começa por o delimitar: “A África deve ser dividida em três partes: a primeira fica ao sul do deserto do Sara – a África propriamente dita – as Terras Altas praticamente desconhecidas para nós, com reduzidas áreas costeiras em relação ao mar; a segunda é aquela ao norte do deserto – a África europeia (se podemos chamá-la assim) – as terras da costa; a terceira é a região fluvial do Nilo, a única terra de vales da África, que está em conexão com a Ásia”. À parte esta divagação mais ao menos imprecisa, já de si eivada daquilo que era olhar europeu, antes ou depois da Conferência de Berlim, atentemos nesta sentença do grande filósofo germânico: “O carácter peculiar do africano é difícil de compreender, pela absoluta razão que em relação a ele nós devemos desistir do princípio que naturalmente acompanha todas as nossas ideias – a categoria de Universalidade. (...) O negro, como já observado, exhibe o homem natural no seu completo estado selvagem e indomado. Devemos deixar de lado todo o pensamento de reverência e de moralidade

– tudo aquilo que chamamos de sentimento – se desejarmos compreendê-lo. Não há nada em harmonia com humanidade a ser encontrado neste tipo de carácter”. Um juízo esmagador!

Muitos anos mais tarde, em 1948, o “Orfeu Negro” de Jean-Paul Sartre, prefácio à *L'Anthologie de la Nouvelle Poésie Nègre et Malgache*, era a resposta contundente, tal como a antologia em si, organizada por Senghor, às insuportáveis afirmações de Hegel e *tutti quanti*. Acabava-se o tempo da famosa frase nos livros escolares coloniais franceses onde sobressaía a terrível frase “les gaulois, nos ancêtres”. A lista, onde o construtor da dialéctica avulta, seria profusa e de espanto, juntando Gobineau e o seu ensaio sobre a desigualdade das raças ao português Oliveira Martins – inquietem-se os sonhadores/defensores de um colonialismo português brando e singular –, do cândido Renan, da *Vida de Jesus*, ao Mathew Arnold do progressismo oitocentista britânico ao ambíguo Joseph Conrad, d' *O Coração das Trevas*.

Seria preciso esperar por um grande sobressalto, a publicação na década de trinta, em Paris, do *Cabier d'Un Retour au Pays Natal*, de Aimé Césaire e da sua famosa e posterior *Carta sobre o Colonialismo*, comparando a empresa escravagista de longa duração, no Atlântico negro, ao holocausto nazi; seria preciso ler Franz Fanon, indignado, talvez preconceituoso, mas implacável desconstrutor de uma espécie de fenomenologia da dominação.

E, no entanto, a negritude nasce na diáspora. A palavra surge importada do francês. Escreve o investigador brasileiro Waldir Freitas Oliveira, da Academia de Letras da Bahia, que “a negritude, considerada em sua essência, não nasceu, contudo, na Europa, mas em terras da América, talvez sob a inspiração do movimento New Negro, surgido nos Estados Unidos em começos deste século [século XX], do qual participaram grandes poetas negros norte-americanos como Langston Hughes, Countee Lee, Jean Toomer e Claude McKay, todos com grande influência sobre a obra dos poetas francófonos das regiões das Antilhas e do Caribe, em especial sobre a de Aimé Césaire, da

Martinica, e a de Léon-Gontran Damas, da Guiana”.

Não se trata aqui de, mais uma vez, discorrer sobre o que significou esse importante movimento, ironicamente nascido em berço descentrado, nem sobre a “genuinidade” dos seus protagonistas, continentais ou diaspóricos. O que, de alguma maneira, se esconde até hoje é o contributo africano para a cultura global. São evidências só agora assumidas a nível de políticas de Estado, em países como o Brasil – passem alguns equívocos –, a presença oculta em manifestações que vão da pintura à dança, da música à escultura, da componente matricial de sincretismos tão presentes no novo continente e matizando de novos comportamentos e poses as geografias urbanas da velha Europa, cuja solução multicultural não consegue velar a tendencial circunscrição em guetos. Do Tango ao Blues e ao Jazz, do Cubismo às peças de um Giacometti, do geometrismo abstractizante ao esplendor da Cor, deduzidas as reflexões românticas de um Goethe, de Stravinski a Leonard Bernstein, ou dos novos movimentos cujos pressupostos, alguns, assentam na estética da relação de um Glissant, poeta, pensador e tudo; do manifesto crioulo da Martinica ao hercúleo edifício verbal que é o “Omero's” de Derek Walcott, há um mercedejar cultural que se vai entrelaçando e subvertendo o jogo do centro e das periferias, criando hegemonias discursivas e estéticas que se instilam nas estruturas rígidas das ideias feitas.

Obama, nem sequer um “autêntico” afro-americano, na narrativa própria dessa identificação, intra-muros, ou Nelson Mandela, atestam um oscilar de lugares.

Na ordem do dia, hoje como no início do século XX, a questão do renascimento africano. Um apelo antigo que, com o fim do *apartheid*, depois da libertação das colónias portuguesas, e, sobretudo, com Thabo Mbeki como presidente sul-africano, tomou um lugar central no discurso político-cultural.

De raspão, e aproveitando o excelente ensaio de Pathé Diagne *Renascimento e Problemas Culturais em África*, cuja edição portuguesa, antiga de 1977, se recomenda,

vale citar ao menos um precursor que Diagne enaltece, E. W. Blyden, também de origem afro-americana e que faz da Libéria a sua casa. Da exegese da igualdade do homem, da sua unidade adquirida “de uma vez para sempre”, Blyden, segundo Diagne, «prolonga consciente ou inconscientemente uma ideia negro-africana que postula, na construção imperial, a irredutibilidade imperial. O Estado e o pensamento indo-europeus são tão centralizadores e destruidores da diferença quanto o poder pré-colonial africano, pouco ou muito islamizado ou cristianizado, limita o esforço de unificação à instância política. Blyden não assume necessariamente esta visão e a herança que ela exprime. A sua tese nem por isso deixa de ser extraordinariamente afim. O renascimento negro e africano é para ele uma exigência da diferença. A diferença como expressão da especificidade não conota a concepção de uma cultura fechada».

Mongo Beti, escritor camaronês, dirá, passada a exaltação independentista e na ressaca das experiências pós-coloniais, algo de parecido ou “outrado”. Em *A França contra África – Regresso aos Camarões*, o autor de *Remember Ruben* investirá contra todas as subserviências e jogos da dependência neocolonial, da “traição das elites”, do regresso à aldeia, com a sua rede de relações culturais e económicas e o seu humanismo inclusivo, não contraditório com as modernidades a expandir. Algo que vai na esteira do que postulam novos antropólogos e outros estudiosos da “coisa” africana. Uma África plural, osmótica, ciosa de uma troca que, pressupondo as regras do dom, o exige em igualdade de valor.

O rio das vozes

Na encruzilhada de tantas interferências e interdependências, um sinal dessa pulsão “renascentista”, quaisquer que venham sendo as suas formulações, encontra na Declaração de Asmara sobre as Línguas Africanas uma das suas preocupações fundamentais. Subjaz a ela, mais do que ser francófona, anglófona ou lusófona – noções de justificada crispação –, a

consciência de um património linguístico e uma mundividência riquíssimos que urge não esportular.

Da sua organização maior, a União Africana, se esperam passos decisivos. Esgotada a OUA (Organização da Unidade Africana) mas não o seu ideal pan-africanista que em N’Krumah implicava a constituição dos Estados Unidos da África –, a UA surge um pouco na esteira do que vem sendo o percurso da União Europeia. Critica-se-lhe o mimetismo, a construção a partir do tecto e não dos alicerces. Não obstante tais óbices de peso, a que acrescem múltiplos défices democráticos, seja na organização supranacional, seja em muitos dos países que a integram, a UA não se coíbe de anunciar as suas Quatro Directivas Estratégicas para 2009-2012. Define-as como pilares e enumera-as: Paz e Segurança; Desenvolvimento, Integração e Cooperação; Partilha de Valores e Instituição e Criação de Capacidades. É com eles que a Comissão da União Africana pretende trabalhar.

A Carta dos Direitos Humanos integra, no respeito pelos valores comunitários de matriz banta, os direitos dos Povos. Vista como periférica na mundialização actual, África integra-a deste o seu primeiro momento, trágica e epicamente. Modelou sociedades e mundos cuja (in)visibilidade urge perceber e está preparada para os “descobrimientos”, como escreveu Mia Couto, que se impõem.

A África deve definitivamente unir-se, como apaixonadamente advogou N’Krumah, e ultrapassar as dependências com o exterior, os patrimonialismos que minam os seus Estados, a parcimónia ou fatalidade com que, como continente, aceita cimeiras desiguais: África/China, Japão/África, França/África, etc. Mesmo o exemplar discurso de Accra, deste ano de 2009, proferido por Barak Obama, só colhe por “erros próprios, má fortuna” e desamor ardente de muitas das suas elites. Se não, o mais certo era ser acolhido como um insuportável paternalismo. Mas que emergem, constituídas as nações de nações, em equilíbrio mais ou menos estável, os Estados, percebida a mobilidade forçada ou não dos grupos humanos, como prova da dadivosa troca de África ao mundo. ■